

PRIMEIRO-MINISTRO CONDENA NA ONU PRÁTICA POLÍTICA E SOCIAL DO «APARTHEID»

NOVA YORK — Maria de Lourdes Pintasilgo condenou ontem, na ONU, a "prática política e social do *apartheid*", e congratulou-se com a realização das negociações SALT.

Falando na Assembleia Geral das Nações Unidas, o chefe do Governo português formulou também votos para que se encontre uma solução que "restaure a legalidade" na Namíbia e no Zimbabwé e manifestou-se contra a "corrida aos armamentos".

Maria de Lourdes Pintasilgo propôs, para a construção de "novos



Maria de Lourdes Pintasilgo perante a Assembleia Geral da ONU: Portugal congratula-se com negociações SALT

modelos" de sociedade, "o abandono do egoísmo institucionalizado e a procura deliberada de

metas sociais e culturais que se situem num registo diferente do mero crescimento económico".

Falou, ainda, da situação existente em Timor-Leste e apelou para a "consciência universal", com vista ao estabelecimento de "condições para uma progressiva normalidade de vida das populações de Timor-Leste", submetidas à ocupação militar indonésia.

O Primeiro-Ministro terminou citando um poeta português contemporâneo, que, nos seus versos, liga o povo de Portugal ao conjunto da humanidade.

Maria de Lourdes Pintasilgo é hoje recebida pelo Papa João Paulo II.

(Pág. 16)

Maria de Lourdes Pintasilgo condenou na ONU o «Apartheid»

NOVA YORK — O chefe do Governo português, Maria de Lourdes Pintasilgo, condenou ontem, na Assembleia Geral da Organização das Nações Unidas, a «prática política e social do *apartheid*» e congratulou-se, em nome de Portugal, com a realização das negociações SALT.

No seu discurso, Maria de Lourdes Pintasilgo afirmou que o *apartheid* «ofende gravemente a consciência moral das nações e constitui negra barreira para um integral progresso humano».

Manifestou, depois, o apoio de Portugal às negociações SALT e atribuiu «significativa importância» às iniciativas no sentido do estabelecimento de «esquemas regionais de segurança».

O Primeiro-Ministro formulou também votos para que se encontre, no que respeita à Namíbia e ao

Zimbabwé, uma fórmula «que restaure a legalidade, defenda com equidade os diversos interesses legítimos envolvidos e restitua ao povo do Zimbabwé a liberdade efectiva da sua voz e vontade, sem tutelas de minoria interna».

Na sua intervenção, Maria de Lourdes Pintasilgo falou igualmente do direito à paz. «Não há estratégia de desenvolvimento para a década de 80 — disse — que seja compatível com a continuação da actual política de corrida aos armamentos».

«Ou a maior parte dos

recursos financeiros, científicos e tecnológicos — acrescentou — é 'desviada' para a solução dos problemas de desenvolvimento, ou o equilíbrio e a nova ordem mundial não passarão de mitos».

Maria de Lourdes Pintasilgo não esqueceu o problema da ocupação militar de Timor-Leste pela ditadura indonésia, apelando para a «consciência internacional», com vista ao estabelecimento de «condições para uma progressiva normalidade de vida das populações de Timor-Leste».

Defendeu, ainda, o reforço dos valores culturais, de «uma comunidade mundial mais rica na sua diversidade», e terminou com a leitura de versos de um poeta português contemporâneo, que liga o povo de Portugal à humanidade no seu conjunto.